

Noeli Pertile<sup>1</sup>

## RESUMO

Os espaços agrários na atualidade, tomados por monoculturas e uso agrotóxicos, especialmente no Brasil, têm seguido no desprezo da Natureza e da própria vida, com repercussões socioeconômicas e ambientais graves, a exemplo da contaminação ambiental e adoecimento das pessoas, sobremaneira as mais pobres. Essa problemática mundial indica que a humanidade tem padecido excessivas perdas com essa racionalidade de produzir no campo desconsiderando os territórios, as pessoas e a cultura subjacente; ampliando as desigualdades e injustiças, no campo e na cidade, contrariando o que propõem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. De outro modo, tem-se na Agroecologia um caminho para viver no/do campo e produzir alimentos saudáveis, cuidando da Natureza, das pessoas e de seus territórios; fundada em experiências produtivas da agricultura ecológica, no respeito entre as pessoas e para com a Natureza. Buscamos analisar as possibilidades da agroecologia enquanto caminho para o desenvolvimento sustentável no campo no Brasil, em especial na Bahia e a Agroecologia como racionalidade para pensar a relação Sociedade-Natureza, com base na agricultura familiar camponesa, produção de alimentos saudáveis e cuidado com a vida, dentro dos “circuitos curtos” da economia, buscando maior amplitude/valorização das relações campo-cidade. Compreender esses processos, desde o acesso/permanência na terra e como a agroecologia pode ser alternativa ao modelo hegemônico de produzir alimentos e de se relacionar com as pessoas, são elementos essenciais para compreender novas dinâmicas agrárias do campo no Brasil. Apoiados nessa perspectiva, busca-se possibilidades de aproximação com os ODS.

**Palavras-chave:** agricultura familiar camponesa; ODS; agroecologia; agrotóxicos; fome; concentração fundiária, desenvolvimento sustentável.

## RESUMEN

Los espacios agrarios hoy, copados por los monocultivos y el uso de pesticidas, especialmente en Brasil, han seguido desconociendo la Naturaleza y la vida misma, con graves repercusiones socioeconómicas y ambientales, como contaminación ambiental y enfermedades de las personas, especialmente los más pobres. Este problema global indica que la humanidad ha sufrido pérdidas excesivas por esta racionalidad de producir en el campo sin tener en cuenta los territorios, las personas y la cultura subyacente; crecientes desigualdades e injusticias, en el campo y en la ciudad, contradiciendo lo que proponen los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030 de la ONU. Por lo demás, la Agroecología ofrece una manera de vivir en/desde el campo y producir alimentos saludables, cuidando la Naturaleza, las personas y sus territorios; fundamentada en experiencias productivas de agricultura ecológica, respeto entre las personas y la Naturaleza. Buscamos analizar las posibilidades de la agroecología como camino para el desarrollo sostenible del campo en Brasil, especialmente en Bahía, y de la Agroecología como fundamento para pensar la relación Sociedad-Naturaleza, basada en la agricultura familiar campesina, la producción de alimentos saludables y el cuidado de vida, dentro de los “circuitos cortos” de la economía, buscando una mayor amplitud/valoración de las relaciones campo-ciudad. Comprender estos procesos, desde el acceso/permanencia sobre la tierra y cómo la agroecología puede ser una alternativa al modelo hegemónico de producción de alimentos y de relación con las personas, son elementos esenciales para comprender las

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia; Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina [noeli.pertile@yahoo.com.br](mailto:noeli.pertile@yahoo.com.br)

nuevas dinámicas agrarias en el campo brasileño. Desde esta perspectiva se buscan posibilidades para acercar los ODS.

**Palabras clave:** agricultura familiar campesina; ODS; agroecología; pesticidas; hambre; concentración de tierras, desarrollo sostenible.

## RÉSUMÉ

Les espaces agraires d'aujourd'hui, envahis par les monocultures et l'utilisation de pesticides, notamment au Brésil, ont continué à ignorer la nature et la vie elle-même, avec de graves répercussions socio-économiques et environnementales, telles que la contamination de l'environnement et la maladie des personnes, en particulier les plus pauvres. Ce problème mondial indique que l'humanité a subi des pertes excessives en raison de cette rationalité de produire sur le terrain au mépris des territoires, des personnes et de la culture sous-jacente ; des inégalités et des injustices croissantes, à la campagne comme en ville, en contradiction avec ce que proposent les objectifs de développement durable (ODD) de l'Agenda 2030 de l'ONU. Autrement, l'agroécologie offre une façon de vivre à la campagne et de produire une alimentation saine, en prenant soin de la nature, des hommes et de leurs territoires ; fondé sur des expériences productives d'agriculture écologique, de respect entre l'homme et la nature. Nous cherchons à analyser les possibilités de l'agroécologie comme voie vers le développement durable dans les campagnes du Brésil, en particulier à Bahia, et l'agroécologie comme justification pour réfléchir à la relation Société-Nature, basée sur l'agriculture familiale paysanne, la production alimentaire saine et le soin de la vie, dans les « circuits courts » de l'économie, en cherchant une plus grande ampleur/valorisation des relations campagne-ville. Comprendre ces processus, depuis l'accès/permanence à la terre et comment l'agroécologie peut être une alternative au modèle hégémonique de production alimentaire et de relations avec les gens, sont des éléments essentiels pour comprendre les nouvelles dynamiques agraires dans les campagnes brésiliennes. Dans cette perspective, des possibilités sont recherchées pour rapprocher les ODD.

**Mots-clés:** agriculture familiale paysanne; ODD; agroécologie; pesticides; faim; concentration foncière, développement durable.

## INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre agroecologia têm se intensificado tanto no Brasil, quanto no cenário mundial e surgem associadas a discursos tais como: o desenvolvimento sustentável, a promoção de saúde, a segurança alimentar, soberania alimentar e nutricional e a autonomia do agricultor. Já os movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que têm por base a agroecologia, a defendem, consideram-na uma questão urgente e que deve ser reforçada por políticas públicas. Essa importante discussão está relacionada com os dados alarmantes pelos quais o Brasil tem sido caracterizado em relação à liberação e ao uso de agrotóxicos<sup>2</sup>. Agrotóxicos são os compostos de substâncias químicas destinadas ao controle, destruição ou prevenção, direta ou indiretamente, de agentes patogênicos para plantas e animais úteis e às pessoas. O uso deste termo foi estabelecido no Brasil a partir da Lei Federal nº 7.802/1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074/2002 (BRASIL, 1989). Ou ainda, agrotóxicos são produtos químicos sintéticos usados para matar insetos, larvas, fungos,

---

<sup>2</sup> Agrotóxico, veneno, defensivo? Entenda a disputa pelo nome desses produtos agrícolas. Nesse artigo, Pedro Grigori estabelece diálogo com o criador do termo “agrotóxico”, o professor Adilson D. Paschoal/USP. Repórter Brasil, 24/01/19.

camapatos, sob a justificativa de controlar as doenças provocadas por esses vetores e de regular o crescimento da vegetação, tanto no ambiente rural quanto urbano. O uso deles ocorre tanto em atividades agrícolas quanto atividades não agrícolas, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2023).

No ano de 2019, na semana em que ONU divulgou que “um milhão de espécies de animais e plantas estão ameaçadas de extinção”<sup>3</sup>, acelerando ainda mais a “erosão genética”<sup>4</sup> já em curso, o Governo brasileiro aprovou o uso de mais agrotóxicos no país. Nos primeiros 100 dias de mandato (10/abril/2019) foram liberados 152 agrotóxicos; dentre eles, 24 considerados “altamente tóxicos” e 49 “extremamente tóxicos” pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e 28% deles já foram banidos ou não são permitidos pela União Europeia; para completar esse ponto, nos primeiros nove meses de mandato, o governo havia liberado o uso de 353 agrotóxicos no país. Não obstante, ente 2019 e 2022 foram liberados 2.182 agrotóxicos no Brasil, sendo o maior número de registros para uma gestão presidencial desde 2003, segundo dados da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Ministério da Agricultura (G1, 2023).

A demanda no uso de agrotóxicos decorre das atividades agropecuárias que ocupam cerca de 330 milhões de hectares (IBGE, 2006), representados especialmente pelo agronegócio. Nessa perspectiva, o país já que vem sendo o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2008, é responsável por mais de 80% do consumo da América Latina (SANTANA; MOURA; NOGUEIRA, 2013). Não obstante, o país ainda possui políticas públicas que fomentam o uso e o comércio de agrotóxicos mantidas pela influência da bancada ruralista no Congresso Nacional. Exemplos disso é a isenção do Imposto sobre a Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS), pois desde 2004, o setor de agrotóxicos é beneficiado pela LEI 10.925<sup>5</sup> que prevê a isenção do pagamento de tributos como PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno. Apenas em 2018, o Brasil deixou de arrecadar R\$ 2,07 bilhões em razão da isenção fiscal dos agrotóxicos que existe no país<sup>6</sup>. Diante de tal cenário, o presente texto busca estabelecer reflexões acerca do uso de agrotóxicos, a relação com a saúde e as possibilidades na construção de um processo que conduza à(s) agroecologia(s) e à soberania alimentar, buscando ainda concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, com respeito à Natureza, previstos nos ODS da ONU para agenda 2030<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> MCGRATH (2019) - 1 milhão de espécies ameaçadas: o que diz preocupante relatório da ONU sobre impacto humano; e OLIVEIRA (2019).

<sup>4</sup> SANTAMARTA, J. *apud* PORTO-GONÇALVES, C.W. (2004).

<sup>5</sup> De 23 de julho de 2004, de autoria do deputado Mario Negromonte (PP-BA). BRASIL. Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004. Diário Oficial da União 26 de julho de 2004.

<sup>6</sup> ODEVEZA (2019)

<sup>7</sup> Pensar Agroecologia é pensar também na totalidade da organização do espaço agrário no viver com dignidade. No fazer/ser agroecológico, diversos objetivos são vislumbrados e que também estão em consonância com alguns dos ODS da ONU, a saber: ODS 1. Acabar com a pobreza; ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança

## **USO DE AGROTÓXICOS NÃO ACABA COM A FOME**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) são registradas 20 mil mortes por ano devido o consumo de agrotóxicos. O Brasil, maior consumidor destes produtos desde 2008, vem apresentando sérios problemas quanto ao seu uso, como a permissão de agrotóxicos banidos em outros países e venda ilegal de outros já proibidos internamente. A exposição aos agrotóxicos pode causar uma série de doenças, dependendo do produto que foi utilizado, do tempo de exposição e quantidade de produto absorvido pelo organismo. De acordo com o INCA (2023), diversos ingredientes ativos contidos nos agrotóxicos que possuem autorização para serem comercializados e consumidos no Brasil, com autorização da Anvisa podem provocar doenças graves a exemplo dos carcinomas.

A contaminação com as distintas substâncias agrotóxicas pode ocorrer de diferentes formas. De modo mais direto, a exemplo do que ocorre com os agricultores ou demais trabalhadores das indústrias de agrotóxicos; são os mais afetados porque manipulam diretamente o produto, seja pela aplicação nas lavouras ou no momento da produção do insumo. De modo indireto, as mulheres gestantes, as crianças e os adolescentes são considerados um grupo de risco devido às alterações metabólicas, imunológicas ou hormonais presentes nesse ciclo de vida. E a população, de modo geral, que está suscetível a exposições múltiplas, por meio de consumo de alimentos e água contaminados (INCA, 2023).

Nesse contexto, considera-se importante o posicionamento do INCA (2023), sendo contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos no Brasil, ressaltando os riscos à saúde, em especial nas causas do câncer, além de apontar a agroecologia como possibilidade.

Dessa forma, espera-se fortalecer iniciativas de regulação e controle destas substâncias, além de incentivar alternativas agroecológicas aqui apontadas como solução ao modelo agrícola dominante. O foco essencial está no combate ao uso dos agrotóxicos, que contamina todas as fontes de recursos vitais, incluindo alimentos, solos, águas, leite materno e ar. Ademais, modos de cultivo livres do uso de agrotóxicos produzem frutas, legumes, verduras e leguminosas, como os feijões, com maior potencial anticancerígeno.

Não custa lembrar que a relação estabelecida entre Sociedade e Natureza, sob o sistema capitalista, cada vez mais tem levado a perda do habitat natural de diferentes seres vivos, por meio da

---

alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; ODS 3. Assegurar uma vida saudável; ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade; ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; ODS 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; ODS 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade (ONU, 2023). Todos os demais ODS, estão disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

exploração das fontes naturais, das mudanças climáticas, da poluição e das formas de produzir no campo, especialmente aquelas comandadas pelas grandes monoculturas, em grandes estabelecimentos e/ou tendo por base o uso indiscriminado de agrotóxicos. Este sistema desconsidera o território, as pessoas e a cultura subjacente, reforçando desigualdades e injustiças, tanto no campo quanto na cidade. Não é demais lembrar que as populações que mais sofrem são especialmente as mais empobrecidas; pois é sobre elas que mais cedo recaem os custos desse modelo que objetiva o lucro, na reprodução ampliada do capital, que transforma riquezas em recursos e bens naturais e os próprios seres sociais em mercadorias (BAUMAN, 2008).

Esta reflexão exige pensar outras possibilidades de viver no/do campo que não tenham por base a destruição da biodiversidade e aumento da fome no mundo. Por isso, também temos que voltar a falar da fome que, conforme já apontava Castro (1946, p. 20), “[...] foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável a ser abordado publicamente”. Necessitamos falar da fome, porque continua a ser um problema mundial, especialmente na Ásia e na África, mas também presente aqui na América Latina e no Brasil. Os dados da Rede Penssan (2022) indicaram que 33 milhões de pessoas passavam fome. Na forma moderada e grave, a fome atingia 38% dos domicílios brasileiros; mas no Nordeste, atingiu 43,6% dos domicílios.

Ademais, pensar em fome no mundo é pensar também onde vivem essas pessoas com fome. Cerca de 1,4 bilhões de pessoas extremamente pobres do mundo vivem em áreas rurais sendo que 75% dessas pessoas pobres se dedicam à agricultura e vivem em pequenas áreas. No mundo, 570 milhões de estabelecimentos rurais são pequenos (e minifúndios, no Brasil) e fornecem 80% de alimentos produzidos na Ásia, África Subsaariana e América Latina pelo trabalho de camponeses, pescadores e pescadores, pastores, pessoas sem terra e povos indígenas (FAO, 2019). Já no Brasil, sendo que a insegurança alimentar atingia 60% domicílios áreas rurais no ano de 2022 (REDE PENSSAN). Nesse sentido, a Terra (relação, acesso, permanência) aparece como elemento central na discussão acerca da produção de alimentos e superação da fome no mundo, soberania alimentar, agroecologia, Natureza e Vida. Por isso, imprescindível é discutir a questão fundiária no contexto Latinoamericano e, em especial, no Brasil.

## **RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E A TERRA CONCENTRADA**

A trajetória do acesso à terra em toda a América Latina tem marcas semelhantes no que tange a concentração e exclusão. Processo esse agravado por profundas mudanças no modo de apropriação, portanto, e transformação da Natureza, a partir da década de 1970 e com mais expressividade a partir de 1990, a expansão do capitalismo no campo em toda a América Latina. Sob os desígnios da Revolução Verde, torna a tecnologia e da ciência bases para cultivos de grandes monoculturas e mercados globais.

A difusão do meio técnico-científico-informacional no meio rural foi tornando o campo dependente do petróleo, pelo uso cada vez maior dos agroquímicos de modo geral, e da mecanização (SANTOS, 2006). Simultaneamente, o modo de ampliação das diferentes formas de territorialização /desterritorialização de áreas agricultáveis acentuou a concentração das terras no campo no Brasil, cujo Índice de Gini<sup>8</sup> é de 0,87 (IBGE, 2006). Conforme anunciado, e infelizmente, a mesma realidade ocorre em toda a América Latina, 1% dos estabelecimentos concentram mais da metade (51%) de toda a superfície agrícola; ao mesmo tempo em que 80% dos estabelecimentos tem acesso a apenas 13% da terra produtiva (OXFAM BRASIL, 2016).<sup>9</sup>

É preocupante constatar que, se por um lado se encontram as imensidões do latifúndio, por outro tem-se o processo de fragmentação das pequenas propriedades e dos minifúndios que, no caso brasileiro, em grande medida tem se tornado insuficientes para a reprodução da vida dos camponeses. Nesse contexto, nos extremos da estrutura fundiária brasileira, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 47% dos estabelecimentos rurais e ocupavam somente 2,7% da área; já os grandes estabelecimentos (com mais de mil hectares) que correspondem a apenas 0,9% detinham mais de 43% da área, correspondendo a cerca de 330 milhões de hectares (IBGE, 2006). E, ao apresentar as desigualdades de acesso à terra no Brasil considera-se que o acesso à Natureza tem sido restringido ou negado na mesma proporção, uma vez que é pelo acesso à terra que também se acessa à Natureza. Sendo a terra concentrada, o acesso às demais riquezas naturais, especialmente a água e a flora também se tornam limitados e/ou negados.

Se, por um lado, o modelo das cercas torna a terra e a Natureza concentradas e em forma de mercadoria, privilegia as monoculturas e continuam a produzir fome no mundo, por outro lado, existem outras possibilidades de relação Sociedade-Natureza e, portanto, outras possibilidades que valorizem as diferentes formas de viver; e de viver no/do campo, a exemplo do que acontece por meio da Agroecologia; produzindo alimentos saudáveis e com respeito às pessoas e à Natureza. Partindo da premissa de que não encontramos explicações simples para problemas complexos, aponta-se aqui um pouco de desafios e as possibilidades da agroecologia como uma nova racionalidade na relação Sociedade-Natureza, especialmente na produção de alimentos; e alguns exemplos dessas possibilidades, a partir dos minifúndios.

Para a construção da Agroecologia, grandes são os desafios e, por isso mesmo, precisamos liar esforços acerca dos objetivos comuns interdisciplinares, bem como apontam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em uma agenda que, de acordo com a ONU (2023) é pensada para

---

<sup>8</sup> O Paraguai aparece com o pior índice de Gini (0,93), seguido do Chile (0,91) e da Venezuela e Colômbia (0,88), conforme a Agência Brasil (2019).

<sup>9</sup> No caso da Colômbia, mais de 67% da terra produtiva está concentrada em apenas 0,4% das explorações e, 84% dos menores estabelecimentos acessam menos de 4% da superfície produtiva. Chile e Paraguai não ficam atrás em desigualdade: nesses países, 1% das explorações abarcam mais de 70% das terras. Por outro extremo no Paraguai, mais de 91% das pequenas propriedades rurais ocupam apenas 6% das terras (OXFAM BRASIL, 2016).

“pessoas para o planeta e para a prosperidade”, visando o fortalecimento da liberdade e da paz universal, a “erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema” são desafios centrais para vislumbrar um “desenvolvimento sustentável”.

Contudo, para alcançar parte dos ODS, muitos são os desafios postos em todos os países. De dentro do Brasil, no campo baiano, um dos caminhos encontrados é processo de transição para a agroecologia, que se faz necessário inclusive para a desconstrução de conceitos como de “que não pode produzir alimentos para a humanidade se não for do modo convencional e que, portanto, existe a necessidade de uso de agrotóxicos”. Nesse sentido, o INCA (2023) não somente atribui as consequências graves do uso de agrotóxicos no Brasil, conforme inferido, como também aventa a agroecologia como possibilidade:

A agroecologia deve ser compreendida como Ciência e prática interdisciplinar que considera não só o conhecimento científico advindo das Ciências Agrárias, da Saúde, Humanas e Sociais, mas principalmente as técnicas e saberes populares (dos povos tradicionais) que incorporam princípios ecológicos e tradições culturais às práticas agrícolas gerando uma agricultura sustentável e promovendo a saúde e a vida digna. Tem como princípios fundamentais a solidariedade, sustentabilidade, preservação da biodiversidade, equidade, justiça social e ambiental, soberania e segurança alimentar e nutricional.

Fundada em experiências produtivas da agricultura ecológica e apoiada em horizontalidades, construídas por sujeitos que produzem alimentos, mas que se empenham também em valorizar toda forma de vida ao longo do processo produtivo, a agroecologia insere-se especialmente em circuitos curtos da economia, onde procura firmar-se em teias que articulam campo e cidade na construção da soberania alimentar. Com essa compreensão, é indispensável conhecer como se processam as relações socioespaciais e produtivas para identificar os sujeitos e os lugares desse modo de produzir, distribuir, divulgar e consumir alimentos. Considerando cada realidade como única, para analisar e compreender os principais desafios e possibilidades enfrentadas pelos pequenos agricultores no campo, na atualidade, especialmente nos minifúndios brasileiros.

É a partir desse princípio que se pode pensar outra racionalidade, onde se “plante” mais vida, a partir da Agroecologia, como um caminho, para além da produção, e em substituição ao modelo dominante. A agroecologia otimiza a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e das demais riquezas naturais essenciais à vida. Sendo também alternativa para a produção de alimentos livres de agrotóxicos, tem por base o equilíbrio ecológico, eficiência econômica e a justiça social, fortalecendo agricultores e protegendo a Natureza e a sociedade como um todo. A Agroecologia tem sua origem nas práticas tradicionais do campesinato latino-americano, por meio da valorização dos conhecimentos de comunidades tradicionais, como dos camponeses e indígenas da América e da Ásia. E está associada a um movimento popular de oposição ao agronegócio que engloba, também, as questões relativas à forma de organização social, a autonomia e a relação do agricultor com a terra (CARVAJAL, 2011).

Associada à agroecologia, vem a Soberania Alimentar que é expressada pelo direito dos povos e de seus países ou uniões de estados de definir sua política agrária e alimentar. Busca priorizar a produção agrícola local, alimentar a população, o acesso à terra, água, às sementes e ao crédito. De acordo com os princípios propostos de Soberania Alimentar, pela Via Campesina, há a necessidade de reformas agrárias, de combate aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), de livre acesso às sementes e de manter a água como um bem público distribuído de maneira sustentável. São imprescindíveis o direito dos agricultores de produzir alimentos e o direito dos consumidores de decidir o que desejam consumir e como e quem produz os alimentos; o direito dos países de se protegerem de importações agrícolas e de alimentos que são preços agrícolas muito baratos, atrelados a custos de produção - o que pode ser possível, desde que países ou sindicatos tenham o direito de tributar impostos muito baratos, comprometidos com/a favor da produção camponesa sustentável e que controlem a produção no mercado interno para evitar excedentes estruturais. É ainda, indispensável a participação dos povos na definição da política agrícola e o reconhecimento dos direitos das mulheres agricultoras que desempenham um papel essencial na produção agrícola em especial de alimentos no mundo. E por fim, afirma que a soberania alimentar é a única solução e o caminho a seguir (VIA CAMPESINA, 2022).

## **AGROECOLOGIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES SUSTENTÁVEIS**

Nesta seção serão abordadas experiências construídas por sujeitos do campo e que buscamos, com eles, sistematizar e compreender que, para chegar à Agroecologia é necessário pensar outra racionalidade – aquela que valorize o modo de vida local com respeito às pessoas, à natureza e com dignidade; ao mesmo tempo, será feito um paralelo de alguns ODS para indicar como a Agroecologia se aproxima de tais objetivos. Precisamos cuidar para que o caminho até a Agroecologia não se torne também uma verticalidade, se não forem consideradas as diversidades e possibilidades locais, as especificidades de cada região. É necessário conhecer para aprender com as diferentes relações existentes entre e intra-comunidades na produção do espaço e pela resistência em seus territórios. Ao compreender as especificidades é possível construir horizontalidades<sup>10</sup>, possibilidades de diálogos e de relações na transformação do espaço-vida das pessoas.

Nesse caminho, concordamos com Schutter (2012) que a agroecologia tem sido uma das maneiras de melhorar a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas alimentares, contanto com o amparo científico e de agências e organizações internacionais, tais como a Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas (FAO), *United Nations Environment Programme* (UNEP) e *Biodiversity International*. O autor considera que “a agroecologia é um conceito coerente para projetar os sistemas agrícolas futuros, pois está fortemente enraizada tanto na ciência quanto na prática e porque apresenta fortes conexões com os princípios do direito à alimentação adequada” (SCHUTTER, 2012, p. 17).

---

<sup>10</sup> A ideia de horizontalidade para contrapor as verticalidades, de acordo com Santos (1996).



No Brasil, pelo menos 70% dos alimentos consumidos internamente são produzidos pelos pequenos produtores já que o destino das monoculturas, a maioria para exportação. Contudo, como já referido, esse mesmo país tem uma das estruturas fundiárias mais concentradas da América Latina onde a maior parte desses pequenos produtores ou possuem pouca terra ou não possuem terra; reforçando o também necessário debate acerca da função social da terra<sup>11</sup>. Já para a Bahia, seguindo a lógica da concentração fundiária brasileira, estima-se que no estado 57,3% dos estabelecimentos rurais possuem área menor que 10 hectares<sup>12</sup>. Uma amostra ainda mais específica da exclusão e/ou do acesso à parca quantidade de terra pode ser obtida a partir da análise de cinquenta municípios<sup>13</sup> do norte baiano cujos módulos fiscais<sup>14</sup> possuem, em média, 50 hectares. No entanto, o resultado da pesquisa confirma a realidade baiana sendo que, nesses municípios, 52% dos referidos estabelecimentos possuem menos de 10 hectares (média 8,9 ha), de modo que 87% dos estabelecimentos rurais não possuíam um módulo fiscal. Nesse sentido, a agroecologia é importante caminho para colaborando como efeito multiplicador para o desenvolvimento rural, com a criação de emprego e renda. De acordo com Schutter (2012) a agroecologia pode

[...]constituir uma vantagem, e não um problema, e pode reduzir a migração rural-urbana. O custo de se criar empregos na agricultura é significativamente menor do que em outros setores: no Brasil, dados do INCRA, que é a instituição responsável pela reforma agrária, demonstraram que cada emprego gerado em um assentamento custa para o governo US\$ 3.640, enquanto que o custo seria 128% mais caro na indústria, 190% maior no comércio e 240% maior em serviços (p. 22).

Tão importante quanto a questão do acesso à terra, é considerar as características da área pesquisada que, no caso, integra o semiárido brasileiro<sup>15</sup>. A busca pela convivência com o semiárido implica, entre outras necessidades, compreender as dinâmicas naturais específicas dessa região para pensar formas mais adequadas de uso da terra via agricultura, pecuária e outras atividades

---

<sup>11</sup> Função Social da Propriedade - C.F., art 5º, XXIII (BRASIL, 2019).

<sup>12</sup> IRPPA. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (2023).

<sup>13</sup> Os municípios fazem parte de seis microrregiões do estado da Bahia (Remanso, Juazeiro, Conceição do Coité, Jaguarari, Paulo Afonso, e Monte Santo), de acordo com Pertile (2022).

<sup>14</sup> Conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64); é uma unidade de medida de área (em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais, considerando os seguintes fatores: o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com esta exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. O tamanho do módulo fiscal para cada município está fixado através de Instruções Especiais (IE) expedidas pelo INCRA (2019). Os módulos fiscais dos municípios analisados variaram entre 30 e 70 hectares, sendo a predominância de 50 hectares. Assim, em média dos módulos fiscais dos municípios analisados ficou em 55 hectares.

<sup>15</sup> O Semiárido brasileiro corresponde a 12% do território nacional (1,03 milhão de km<sup>2</sup>); 1.262 municípios brasileiros; 27 milhões de brasileiros/as (12% da população); nessa área vivem 1,5 milhão famílias no campo (28,8% da agricultura familiar brasileira) com apenas 4,2% das terras agricultáveis do Semiárido e 81% das comunidades quilombolas de todo o Brasil. Por outro lado, existe 1,3% estabelecimentos com mais de 1 mil ha, que detêm 38% das terras (ASA, 2023).



complementares. No entanto, em olhar mais aprofundado e cuidadoso a ASA (2023) afirma que a “*Convivência com o Semiárido* pressupõe a adoção da cultura do estoque. Estoque de água para diversos usos - consumo humano, produção de alimentos e para servir aos animais. Estoque de alimento para família e para a criação animal. E o estoque de sementes para os próximos plantios, entre outros”. Foi este o sentido do primeiro programa desenvolvido pela ASA no início dos anos 2000 para a produção de cisternas (tecnologias sociais que buscam principalmente proporcionar o acesso à água para consumo humano, produção de alimentos e/ou dessedentação animal; e promover a inclusão social e produtiva das famílias rurais de baixa renda). Nelas, a água da chuva é armazenada em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa; as famílias passam a ser gestoras de sua água; foi a origem do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

No ano de 2007, dentro do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, a ASA criou ainda o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), a *terra e água*<sup>16</sup> para plantio e criação animais. O objetivo consistia em “promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas” e, para isso, deveria instigar a “construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro” (ASA, 2023). Na mesma senda, de acordo com o IRPAA (2023), muito mais do que as questões econômicas, conviver com o semiárido consiste em um “modo de vida e produção que respeita os saberes e a cultura local, utilizando tecnologias e procedimentos apropriadas ao contexto ambiental e climático, constrói processos de vivência na diversidade e harmonia entre as comunidades, seus membros e o ambiente, possibilitando assim, uma ótima qualidade de vida e permanência na terra, apesar das variações climáticas”.

Na convivência com o semiárido, na pecuária, é adotada a prática de criação de pequenos animais, a exemplo dos *ovinos e caprinos*. A realidade do semiárido dificulta a criação de gado de porte maior, a exemplo de bovinos, por consumirem e desperdiçarem muita energia, principalmente água. Assim, a caprinovinocultura torna-se a atividade pecuária mais adequada à realidade do sertão, conforme também aponta o IRPAA (2023), e de maior viabilidade para o sustento das famílias. Associada a esta prática, há a *produção de palma*<sup>17</sup> que, em períodos de maior estiagem, é uma das poucas vegetações que podem permanecer verde e servir de alimentação ao gado e às pessoas. Outro fator relevante da palma é que ela pode ser cultivada em pequenas áreas e ser irrigada com a água obtida da chuva e armazenada por meio

---

<sup>16</sup> A cisterna Calçadão – cisternas de placas de 52 mil litros, com área de captação da água de chuva a partir de um calçadão de 200 m<sup>2</sup>, associada a capacitações técnicas e formação para a gestão da água; e (ii) promover a inclusão social e produtiva dos beneficiários por meio do serviço de acompanhamento familiar após a instalação da estrutura de captação e reservação de água (BRASIL, 2013).

<sup>17</sup> *Opuntia cochenillifera* é o nome científico da cactácea forrageira e comestível, de origem mexicana, largamente difundida no Nordeste brasileiro - recebendo o nome genérico de palma.

das cisternas calçadão<sup>18</sup>; o uso de suas águas, além de ser utilizada no cultivo de palma, é utilizada no cultivo de hortaliças e ervas medicinais em hortas e *mandalas agroecológicas*. Nestas são usados os biofertilizantes obtidos a partir do esterco de aves criadas no centro da mandala (em um pequeno galinheiro) e alimentadas com sobras de verduras e legumes da própria horta.

Na pesquisa realizada na Bahia, as hortas em formato de mandalas são encontradas em diferentes tamanhos e situações: a) de utilização de uma única família onde produzem para o consumo próprio e para comercializar na feira livre; b) de organização de mais de duas famílias onde também produzem para o consumo próprio e para comercializar em feiras livres; c) aquelas nas escolas do campo, onde são utilizadas como espaço didático para a *práxis agroecológica* e ainda podem subsidiar parte da alimentação escolar. Tanto o uso da palma quanto a elaboração das mandalas que utilizam água da chuva são exemplos que associam ao ODS 15. “*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade*”.

Assim, para não olvidar de quão grande é a importância da *educação no/do campo* no debate acerca da construção da agroecologia e da soberania alimentar, apontamos as *Escolas Família Agrícola (EFAs)* como exemplos de possibilidade de construção da transição agroecológica para a agroecologia. Sendo lento o processo de transformação, há que se iniciar bastante cedo. Pois, na visão de Paulo Freire (2002), no qual as EFAs do Sertão têm sua fundamentação, dentro de uma Educação Popular, esta deve ser compreendida enquanto processo, onde o ser humano ciente de seu inacabamento, se conduz à aprendizagem de si e do mundo em que o cerca. E, por isso mesmo, a educação necessita ser tomada como um instrumento basilar nos processos de libertação do indivíduo e da sociedade. Nesta pesquisa, trata-se de Escolas Família Agrícola (EFAs)<sup>19</sup> que, por meio da Pedagogia da Alternância (o tempo dos estudantes é dividido entre escola e comunidade) os estudantes aprendem/atuem a partir dos princípios da agroecologia e de acordo com a realidade deles, filhos de camponeses. De acordo com o Agroecologia em Rede (2019) a Pedagogia da Alternância realizada pelas EFAs “vêm se constituindo como uma das experiências mais exitosas em educação em agroecologia no país”, refletindo a atuação dos educandos

---

<sup>18</sup> Haja vista a importância do Programa Cisternas para a população que vive no semiárido brasileiro, constata-se o pouco investimento no programa nos últimos anos, com decréscimo de até 95% do valor destinado em anos anteriores. No ano de 2012 foram aplicados R\$ 1,38 bilhão (valores corrigidos pela inflação), mas em 2017 foi o menor valor com somente R\$ 52,5 milhões. Já para este ano, o valor orçado é de R\$ 75 milhões, o mesmo de 2018, quando o programa teve o menor número (16,7 mil) de cisternas construídas desde o ano de seu lançamento, em 2003, quando foram feitas 1,1 milhão de cisternas (MADEIRO, 2019).

<sup>19</sup> As Escolas Família Agrícola (EFAs) são caracterizadas por alguns princípios: - metodologia pautada no princípio da alternância que integra o meio socioprofissional (família/comunidade) e o centro escolar; - uma associação responsável nos diversos aspectos: econômicos, jurídicos, de gestão, etc.; - educação e a formação integral da pessoa; - o desenvolvimento do meio local através da formação de seus próprios atores. Cita-se especialmente as EFAs dos municípios de Irará e de Itiúba (BA) onde foram realizados trabalhos campo e de extensão.

nas comunidades camponesas, a partir da atuação dos estudantes no desenvolvimento de práticas agroecológicas. Sem dúvida, as EFAs representam perfeitamente o que aponta o ODS 4. “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade”.

E, em um contexto socioeconômico no qual os conflitos fundiários e insuficientes políticas públicas estruturais predominam, as demandas de organização política e formação técnica são prementes. Demandas estas que, em certa medida, estão colocadas para as EFAs no sentido de construir junto com os agricultores a luta pela defesa e desenvolvimento sustentável de seus territórios. Nesse sentido, a agroecologia é pensada conjuntamente à soberania alimentar e enquanto processo de transição agroecológica. No caminho dessa construção o papel das *associações comunitárias rurais* e a dos *sindicatos dos trabalhadores rurais* na organização dos trabalhadores tem se demonstrado de crucial relevância, com o papel essencial e especial das *mulheres*. Elas são responsáveis por 57% dos estabelecimentos rurais no Nordeste do país, conforme aponta a Embrapa (2020), o que aponta para uma possibilidade de aproximação com o ODS 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

No conjunto das possibilidades associadas à Agroecologia, inclui-se ainda o *Programa Nacional para Alimentação Escolar (PNAE)*. De acordo com Brasil (2014, p. 10), o PNAE destinado a alimentação escolar, foi criado com objetivo de “[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola”. Além da preocupação com a alimentação, o referido programa foi pensado para promover o abastecimento e estruturação de sistemas justos, de base agroecológica sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos que visassem envolver e efetivar a produção de conhecimento, educação e formação em soberania e segurança alimentar e respeitando os hábitos alimentares e produção agrícola, pecuária e/ou extrativista locais.

O PNAE é considerado um programa muito relevante pois contribui significativamente no estímulo às economias locais, especialmente nos pequenos municípios brasileiros que têm na agricultura familiar a base econômica, pois permite vincular o consumo local à produção local<sup>20</sup>. Ou ainda, como considera Schutter (2012, p. 30), o PNAE tem sido “tem sido usado como uma alavanca para sustentar a agricultura familiar através de seu esquema de compras públicas”. Isso pode ajudar a criar um mercado estável e previsível para os agricultores locais, principalmente pequenos; muitas mulheres - que também são mães com filhos nas escolas em que os alimentos produzidos por elas são consumidos - estão incluídas no processo produtivo. Essa situação pode ocorrer à medida em que os agricultores, ao terem garantida a comercialização de seus produtos, via PNAE, também podem contar com uma renda

---

<sup>20</sup> Pelo menos 30% do total de recursos financeiros transferidos pelo FNDE para aquisição de gêneros alimentícios devem ser provenientes da agricultura familiar local (BRASIL, 2014, p. 22).

estável (aproximada, por não existir uma garantia de preços mínimos para os produtos da agricultura familiar) e, com isso, se organizar, planejar.

Nessa situação colaboram com outros setores da economia (especialmente comércio e serviços), gerando renda e benefícios locais indiretos. Exemplos dessa situação é a participação de associações de mulheres, de agricultores e de comunidades quilombolas de diversos municípios baianos pesquisados que produzem farinha de mandioca, beiju, bolachinha de goma, verduras, frutas, doces de frutas, polpas de frutas para suco, leite, iogurte, entre outros produtos comercializados, via PNAE. Outro dado relevante a ser considerado, é a criação de uma rede de colaboração, beneficiando indiretamente outros agricultores que não estejam no programa. Não obstante, ao proporcionar alimento (muitas vezes é a única refeição que as crianças possuem durante o dia), motiva o acesso à educação para as crianças, melhorando também a nutrição e a saúde. Em decorrência disso, pode facilitar a criação de redes de segurança para crianças pobres e suas famílias, contribuindo para a manutenção das crianças na escola. Quase metade das crianças do mundo que frequentam a escola, cerca de 310 milhões, nos países de baixa e média renda comem uma refeição diariamente, na escola (FAO, 2019).

Apenas para elencar mais experiências sem a pretensão de tornar demasiado extenso o texto, cita-se os *bancos de sementes crioulas* (seleção e compartilha - via troca - de sementes pelos camponeses e guardadas para plantio no ano seguinte); a *policultura* ou consórcio, cujo uso da terra ocorre alternando diversos cultivos, a exemplo de milho e feijão; mandioca e amendoim; mandioca e melancia, entre outros, para favorecer a proteção de insetos entre as próprias plantas. Contudo, constatou-se que esta prática é, ao mesmo tempo, necessária para aqueles que tem acesso à pouca área para cultivo; ou seja, a maioria dos agricultores familiares baianos.

E dentre as diversas possibilidades na construção da agroecologia não poderíamos deixar de falar da relevância das *feiras livres* em todos os municípios nordestinos, e claro, da Bahia. Elas se configuram como instrumento fortalecedor da economia camponesa. Nela o camponês troca (mercadoria-dinheiro-mercadoria - M-D-M) o que excede em seu estabelecimento para comprar outros produtos de que necessita para viver e que não consegue produzir, incluindo produtos de outros camponeses, além de ser um espaço das relações de sociabilidade, das manifestações culturais e do lazer. Mas é especialmente a feira livre o que melhor representa a materialidade das *relações campo-cidade*; construída de modo direto por meio dos trabalhadores rurais (produtores) e trabalhadores da urbanos (consumidores), no circuito curto da economia, essa relação evita a presença do intermediário - o “atravessador” - e, por isso, o produtor pode obter um preço mais justo pelos produtos.

Ao considerar as experiências do PNAE, o banco de sementes crioulas, a policultura e as feiras livres (que representam a relação campo-cidade com maior proximidade e sem o comerciante intermediário) apresentamos um conjunto de possibilidades acerca de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis da agroecologia que buscam proporcionar melhor qualidade de vida e de saúde para as pessoas envolvidas em todos os processos, assim como o cuidado para com a Natureza. Desse modo, essas práticas acercam-se dos ODS 2. “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e

melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”; 3. “Assegurar uma vida saudável”; e 12. “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”.

Outra forma de apresentar os resultados obtidos a partir do acesso à terra e à educação é o processo de organização educacional no Assentamento Terra Vista, no município de Arataca (BA) que, desde 2002, tem por base a agroecologia. Com 913,6 hectares, onde vivem 55 famílias, o Terra Vista é referência em agroecologia no Brasil, em preservação ambiental e produção de mudas de espécies da mata atlântica - jacarandá, ipê amarelo, pau-brasil, jatobá e cedro - e produz 50 mil mudas por ano. Desde o início da ocupação (1992) foram recuperadas 90% da mata ciliar, além da manutenção de 34% da reserva legal da área de mata atlântica. Outros 300 hectares são utilizados para produção de cacau-cabruca, que é um sistema agroflorestral tradicional de cultivo de cacau à sombra das árvores nativas da mata atlântica. Com a rede de Rede de Sementes, o assentamento realiza trocas de sementes com outras localidades indígenas, quilombolas e agricultores familiares.

O reconhecimento pelo trabalho baseado na agroecologia levou, em 2012, ao Terra Vista o selo de Inspeções e Certificações Agropecuárias e Alimentícias (IBD), atestando que o cacau é produzido organicamente, ou seja, sem nenhum uso de produto químico. Além do cacau toda a produção de hortaliças e os viveiros de mudas da mata atlântica também são certificados; estes constam, inclusive, no cadastro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No assentamento, são produzidas cerca de 5 mil arrobas/ano de cacau 100% orgânico; cacau que é transformado em “Chocolate Terra Vista” na fábrica-escola do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos. Desde 2015, os jovens assentados estão à frente da fábrica-escola, iniciativa que tem mostrado a possibilidade de manter os jovens no campo. O chocolate *premium* Terra Vista já foi apresentado no *Salon Du Chocolat*, evento que acontece todos os anos em Paris (ASSENTAMENTO TERRA VISTA, 2020). Este é, entre outros exemplos<sup>21</sup>, evidenciam como este movimento que luta pela terra e educação, com base na agroecologia – tripé pelos quais o MST tem pautado suas ações – traz reconhecimentos pelo trabalho desenvolvido pelos pequenos agricultores em defesa da vida no planeta.

É na resiliência às mudanças climáticas que a agroecologia é considerada uma grande aliada, de acordo com Oliver Schutter (2012), o Relator Especial da ONU para Direito à Alimentação:

O uso de técnicas agroecológicas pode amortecer significativamente os impactos negativos destes fenômenos, pois a resiliência é fortalecida pelo uso e promoção da biodiversidade agrícola no ecossistema, que promovem numerosos enfoques agroecológicos em nível de ecossistema, o sistema de exploração agrícola e o campo de cultivo de cada agricultor. [...]A agroecologia também coloca a agricultura na trajetória da sustentabilidade pela desvinculação da produção de alimentos da

---

<sup>21</sup> Em setembro de 2019, o MST recebeu uma premiação da ONU com um filme (curta-metragem): “O que é agroecologia” que venceu o Concurso Global de Vídeos da Juventude sobre Mudanças Climáticas – *TVEBioMovies 2019*, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). O filme foi produzido por jovens assentados e ganhou na categoria “alimentação e saúde humana”, no Conselho de Direitos Humanos, na Décima sexta sessão (Item 3 da agenda) “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento” (MST, 2020).

dependência da energia fóssil (petróleo e gás). Ela contribui para atenuar as mudanças climáticas, tanto por aumentar os sumidouros de carbono na matéria orgânica do solo quanto na biomassa da superfície do solo e por evitar emissões de dióxido de carbono ou de outros gases do efeito estufa pelas propriedades agrícolas pela redução do uso direto e indireto de energia (p. 23-24).

A agroecologia que busca estabelecer harmonia na relação Sociedade-Natureza está também, nesse sentido, em conformidade com os ODS 1 “*Acabar com a pobreza*” e 13 “*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos*”.

Para finalizar, outro aprendizado de como as práticas acompanham a teoria do MST, no que tange à segurança alimentar e, sobretudo, à solidariedade. Em meio à pandemia da COVID-19, em uma campanha nacional o referido movimento já doou 1.200 toneladas de alimentos a grupos sociais em vulnerabilidade e sujeitos à fome, especialmente nas grandes cidades brasileiras (BARBOSA, 2020); apontando que o acesso à terra e às possibilidades de viver nela e de produzir alimentos podem contribuir para a construção da soberania alimentar e na relação campo-cidade. A partir do exposto, pode-se inferir que, se existe a possibilidade de um desenvolvimento sustentável para o campo, com vistas à redução das desigualdades socioeconômicas do Brasil e, em especial da Bahia, o caminho necessariamente deve passar pela reforma agrária e pela agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso de parte da realidade do campo brasileiro e, especialmente da Bahia, buscou-se compartilhar o caminho da agroecologia com vistas a ampliar a construção da *práxis* sobre este tema. Esta opção é fundamental para buscar respostas concretas que visem a superação de parte dos problemas que implicam a fome no mundo, ao tempo em que elege elevar práticas de conservação dos bens naturais e do patrimônio cultural, bem como os anseios da sociedade por uma alimentação saudável; anseios estes que coadunam com os ODS da ONU. A partir da realidade em que estão submetidos os camponeses de minifúndios, que predominam no campo baiano, é possível inferir que inúmeros são os desafios impostos em decorrência de uma estrutura agrária fundiária, concentradora e excludente. A questão da liberação e uso dos agrotóxicos não se faz menos preocupante, dado os índices alarmantes aos quais todo o país está submetido, tendo como consequência tantas “feridas” na sociedade e na Natureza.

No caminho para construir a agroecologia e a soberania alimentar, percebe-se que não há uma possibilidade, mas múltiplas; de acordo com cada realidade, enquanto processo e sempre no cuidado necessário para inclusão, a partir das horizontalidades estabelecidas entre e intra comunidades e diferentes conhecimentos e *práxis*. Nesse sentido, é central o papel da educação no/do campo e de tantas possibilidades de atuação conjunta de escolas, comunidades e associações rurais e Universidades Públicas, via ensino, pesquisa e extensão. Tanto para conhecer e compreender, quanto para colaborar e construir juntos as pontes necessárias e possíveis para o viver melhor no/do campo, tendo por base as agroecologias.

No entanto, toda agroecologia só é possível a partir do momento em que as populações têm acesso à terra e às demais condições necessárias para produzir e viver nela/dela. Grande parte das experiências de transição e agroecológicas compartilhadas acontecem em minifúndios baianos. A dura realidade da terra concentrada promove o também desigual acesso às outras riquezas naturais e todas as suas possibilidades. Considera-se que muitos são os desafios a serem enfrentados na construção da agroecologia, mas urge alterar a estrutura cristalizada no que tange à implantação da(s) reforma(s) agrária(s), para promover o acesso à terra, aos investimentos, ao apoio técnico, aos programas e políticas públicas, entre outras possibilidades, como a soberania alimentar, sempre na Democracia, mesmo que ela ainda esteja em construção. A agroecologia e a Reforma Agrária são importantes, a Democracia é imprescindível!

### REFERÊNCIAS:

AGROECOLOGIA EM REDE. A contribuição da Escola Família Agrícola do Sertão para a formação de técnicos em agropecuárias com ênfase em agroecologia e convivência com o semiárido. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=1172>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. **Semiárido**: é no semiárido que a vida pulsa! Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/semiariado>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

ASSENTAMENTO TERRA VISTA. “Um pouco de Nossa História...” Disponível em: <http://assentamentoterravista.com.br/>. Acesso em 28/julho/2020.

BARBOSA, Catarina. **Brasil de Fato**. 3/junho/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/03/campanha-nacional-do-mst-ja-doou-1-200-toneladas-de-alimentos-durante-pandemia>

BRASIL. **Lei nº 7802**, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial da União. 11/jul./1989.

BRASIL. **Lei nº 10.925**, de 23 de julho de 2004. Diário Oficial da União. 26/jul./2004.

BRASIL. **Programa Cisternas**. Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água. 2013.

BRASIL. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF. 2014 (pdf.)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019].

CARVAJAL, Jhon J.M. La agroecología: un marco de referencia para entender sus procesos en la investigación y la praxis. **Luna Azul**. 2011; 1(32):128-34.

CASTRO. Josué de. **Geografia da fome**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959. 292p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais**. 16/03/2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>. Acesso em 15 de julho de 2020.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019**. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. Roma: FAO, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.





G1. Globo.com. Publicação de 04/02/2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

GRIGORI, Pedro. Agrotóxico, veneno, defensivo? Entenda a disputa pelo nome desses produtos agrícolas. **Repórter Brasil**. 24/01/19. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/01/agrotoxico-veneno-defensivo-entenda-a-disputa-pelo-nome-desses-produtos-agricolas/>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sala de Imprensa. Notícias: **IDS 2010**: país evolui em indicadores de sustentabilidade. Rio de Janeiro; 2010. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1703>

INCA. Instituto Nacional de Câncer, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br> e em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//posicionamento-do-inca-sobre-os-agrotoxicos-06-abr-15.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais> Acesso em: 20/07/2019.

IRPAA. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. **Convivência com o Semiárido**. Disponível em: <https://irpaa.org/modulo/convivencia-com-o-semiarido>. Acesso em: 20 julho 2023.

MCGRATH, Matt. **1 milhão de espécies ameaçadas**: o que diz preocupante relatório da ONU sobre impacto humano. BBC Brasil, 6 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48174634>. Acesso em 07/05/2019.

MADEIRO, Carlos. **UOL**. Governo reduz verba para cisternas e semiárido teme novo "apagão" de água. Em 27 abril 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/27/governo-reduz-verba-para-cisternas-e-semiarido-teme-novo-apagao-de-agua.htm> Acesso em 20 outubro de 2019.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/> Acesso em 20 julho de 2020.

ODEVEZA, José. Entenda porque a isenção fiscal de agrotóxicos é o “incentivo” que mais desfavorece o Brasil. **Terra de Direitos**. Em 26 junho 2019. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/> Acesso em 21 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Cida de. RBA - **Rede Brasil Atual**. Em 17/09/2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/09/bolsonaro-mais-63-agrotoxicos/>. Acesso em 07 de maio de 2019.

ONU. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 novembro 2023.

OXFAM BRASIL. **Relatório executivo Terra, poder e desigualdade na América Latina**. Oxfam Internacional, 2016.

PERES F., MOREIRA J.C., DUBOIS, G.S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. *In*: Peres F, Moreira JC, organizadores. **É veneno ou remédio?** Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2003. p.21-41

PERTILE, N. O Território da governança ineficaz: a caprino-ovinocultura na Bahia. *in*: PIRES, E. L. S.. (Org.). **Governança de territórios em desenvolvimentos desiguais**: uma análise crítica. 1ed.São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2022, v. 1.

PORTO-GONÇALVES, C.W. “Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais”. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis (Brasil) - ISSN 1807-1384. Vol. 1, No 1, 2004.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: **II VIGISAN** – relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede



PENSSAN, 2022. (Análise, 1). E-book. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> . Acesso em: 11 nov. 2023.

SANTANA, V.S., MOURA, M.C.P., NOGUEIRA, F.F., Mortalidade por intoxicação ocupacional relacionada a agrotóxicos, 2000-2009, **Brasil. Rev. Saúde Pública**. 2013. 47(3):598-606. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102013000300598](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102013000300598) Acesso em: 23/09/2019.

SANTOS, Milton. “Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional”. In. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHUTTER, Oliver. **Agroecologia e o direito humano à alimentação adequada**. Brasília: MDS, 2012. (Relator Especial da ONU para Direito à Alimentação).

VIA CAMPESINA. **Qué significa soberanía alimentaria?** Disponível em: <https://viacampesina.org/es/quignifica-soberanalimentaria/> Acesso em 20 março de 2019.

VIA CAMPESINA. **Declaración Política en el Día Internacional de Acción por la Soberanía Alimentaria de los Pueblos contra las transnacionales**. 16 outubro 2022. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-soberania-alimentaria-es-la-unica-solucion-y-camino-a-seguir/> Acesso em 20 março de 2023.